

IDENTIDADE E MOBILIÁRIO URBANO: CONCEITO E PRESENÇA EM CIDADES DE ORIGEM IMIGRANTE NO RIO GRANDE DO SUL¹

*IDENTITY AND STREET FURNITURE: CONCEPT AND PRESENCE IN
CITIES OF IMMIGRANT ORIGIN IN RIO GRANDE DO SUL*

*IDENTIDAD Y MOBILIARIO URBANO: CONCEPTO Y PRESENCIA EN
CIUDADES DE ORIGEN INMIGRANTE EN RIO GRANDE DO SUL*

Adriana Eckert Miranda²

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2024v31n45p51-70

Resumo

A inserção e a permanência do mobiliário urbano em espaços públicos, especialmente em praças, podem ser analisadas sob muitos aspectos. Tais aspectos podem ser intrínsecos ao próprio objeto, mas sendo este de caráter urbano, pressupõe consideração do lugar e da sua população. Dessa forma, este trabalho concentra-se no conceito de identidade nas intersecções entre mobiliário urbano, espaço e usuário. Considerando a praça como um espaço simbólico nas cidades, investigamos localidades com origem imigratória, onde pudemos detectar traços da identidade imigrante e da economia colonial nos elementos de mobiliário urbano. Como resultado, encontramos exemplos desses elementos com diferentes dimensões do conceito de identidade, assim como a ocorrência de apropriações do mobiliário urbano pela população no sentido de resgatar a sua origem.

Palavras-chave: Mobiliário urbano; Identidade; Espaços públicos.

Abstract

The insertion and the permanence of street furniture in squares and other public spaces can be analyzed in many aspects. These aspects can be only intrinsic of the object, but being an urban element, demand the consideration of place, and its population. Thereby, this work focus on the concept of identity at the intersections between street furniture, space, and user. Being the square, a symbolic space in the cities, we researched cities with an immigrant origin, where it would be possible to detect traces of the immigrant identity and the colonial culture in the elements of urban equipment. As a result, we find examples of these elements with different dimensions of identity concept, as well as the occurrence of street furniture appropriations by the population in a sense to rescue their origin.

Keywords: Street furniture; Identity; Public Spaces.

Resumen

¹ Este artigo é parte de investigação de pesquisa intitulada "O estudo do mobiliário urbano em espaços públicos representativos da matriz imigratória do Rio Grande do Sul" PROPESQ/UFRGS elaborada pela Prof. Dr. Adriana Eckert Miranda.

² Arquiteta pela FAU/UFRGS, mestre pelo PROPAR/UFRGS e doutora em Planejamento Urbano e Regional PROPUR/UFRGS e Professora no Departamento de Design e Expressão Gráfica da UFRGS.

La inserción y permanencia del mobiliario urbano en espacios públicos de plazas pueden ser analizadas en muchos aspectos. Tales aspectos pueden ser intrínsecos al propio objeto, pero siendo éste de carácter urbano, presupone consideración del lugar y de su población. A partir de esto, este trabajo se centra en el concepto de identidad en las intersecciones entre mobiliario urbano, espacio y usuario. Siendo la plaza, un espacio simbólico en las ciudades, investigamos ciudades con origen inmigratorio, donde sería posible la detección de rastros de la identidad inmigrante y de la economía colonial en los elementos de mobiliario urbano. Como resultado, encontramos ejemplos de estos elementos con diferentes dimensiones del concepto de identidad, así como la ocurrencia de apropiaciones del mobiliario urbano por la población en el sentido de rescatar su origen.

Palabras clave: Mobiliario urbano; Identidad; Espacios públicos.

INTRODUÇÃO

No estudo do mobiliário urbano, devemos reconhecer esses objetos dentro do contexto da cidade e do espaço específico em que estão inseridos. Ao projetá-los, se faz necessária a pesquisa de diversos requisitos relacionados ao design desses equipamentos. Contudo, para a inserção desses objetos na projeção de espaços públicos existentes e em núcleos históricos, outros aspectos também devem ser avaliados, tais como: a história, a trajetória e a simbologia do espaço e do objeto, que são definidas pelo grupo social local e a sua identidade como grupo.

O termo mobiliário urbano refere-se a uma ampla variedade de equipamentos instalados em espaços públicos, os quais abrangem funções diversas no cotidiano das cidades. Na classificação desses objetos, adotamos o critério de Mourthé (1998) em que são definidas categorias distintas com base na sua função no espaço: os elementos decorativos; de serviço; de lazer; de comercialização; de sinalização e de publicidade. Esses objetos são, na realidade, facilitadores dos processos de identificação social urbana, questão tratada principalmente pela área da psicologia social, mas também nos campos do design e do desenho urbano. A discussão torna-se relevante, pois, com o amplo processo de globalização, as cidades não apenas divulgam informações, mas também reproduzem ações e produtos semelhantes. Essa difusão contribui para um processo de homogeneização cultural, no qual as diferenças que antes definiam as identidades originais reduzem-se a uma língua única onde todas as identidades podem vir a serem reconhecidas (HALL, 2019).

Pode-se observar estes aspectos no meio urbano atual, onde, para além da arquitetura, os espaços e o mobiliário contribuem para a criação de novos lugares adequados aos requisitos da cidade contemporânea. Os projetos de intervenção em espaços públicos frequentemente os modificam de forma mecânica, homogeneizando-os e gerando o que Montenegro (2007, p. 3) denomina 'lugar comum'. Esse conceito é explicado no uso de princípios compositivos e elementos semelhantes a

outros locais que faz os seus usuários e visitantes externos perceberem o espaço como igual, repetitivo ou já experimentado. (MONTENEGRO, 2007).

É necessário reconhecer que são nos espaços públicos que se desenvolvem, ao longo do tempo, as inúmeras interações da comunidade, responsáveis por moldar a trajetória da cidade e construir a história e a memória coletiva local. As praças, em particular, configuram-se como palcos dessas ações: frequentemente, surgem juntamente com o núcleo urbano e acolhem comemorações, eventos políticos, cívicos, de lazer, culturais, religiosos e até mesmo comerciais, como as feiras. Esses locais delimitados do tecido urbano expressam a essência do lugar, por meio das rotinas e tradições da comunidade.

Assim, os elementos de mobiliário urbano nesses espaços devem promover a identificação dos usuários, tanto visualmente quanto conceitualmente. Löbach (2000, p. 65) argumenta que um objeto possui função simbólica quando ocorre o estímulo da espiritualidade humana na percepção deste objeto, quando ele estabelece relações com as experiências anteriores do usuário: “A função simbólica dos produtos é determinada por todos os aspectos espirituais, psíquicos e sociais do uso”. Já Gomes Filho (2006), acrescenta que a imagem simbólica do produto é construída pelos valores culturais tanto de indivíduos quanto de grupos sociais, relacionando-se com fatores econômicos, sociais, políticos e espirituais de determinada sociedade em uma época específica.

A partir disso, este estudo foca no conceito de identidade em relação ao mobiliário urbano e nas conexões intrínsecas com o espaço público e os grupos sociais de usuários. A pesquisa sobre o conceito e sua verificação em exemplos existentes em praças de cidades de origem imigrante busca refletir como a identidade está representada nesses espaços, os quais possuem, em cada caso, uma cultura comum. Essa discussão é pertinente principalmente para espaços públicos de cidades históricas ou de origem imigratória - como o caso dos exemplos deste trabalho - pois o processo de homogeneização mostra-se nocivo, na medida que existe, nas requalificações, a desconsideração com as preexistências ou com as memórias de grupos da comunidade. Dessa forma, este trabalho inicia com a discussão do papel da praça como espaço simbólico e como local de atividades tradicionais de grupos locais. A partir dessa fundamentação, explora-se o conceito de identidade nas interseções entre mobiliário urbano, espaço público e grupos sociais. Nesta seção, apresentamos o método de investigação aplicado ao levantamento de praças em cidades de origem imigratória que teriam grupos culturalmente semelhantes. Por fim, selecionamos alguns exemplos de mobiliário urbano da pesquisa nos quais foi possível detectar representações da identidade discutidas previamente nos conceitos.

ESPAÇOS SIMBÓLICOS URBANOS

A praça, no tecido urbano, é o lugar do encontro social, onde se participa da cidade e da urbanidade (ROBBA, 2010). Lynch (1981) sugere que a praça é planejada como foco de atividades, no coração de áreas urbanas intensivas. Trata-se de um espaço público aberto no qual os carros são excluídos, possuindo funções como: permitir o passeio, sentar, comer, descansar e observar o mundo ao seu redor (MARCUS, FRANCIS, 1998).

O papel da praça pode variar em muitos aspectos no contexto urbano. Porém, em centros históricos, sempre demandaram preocupações com relação à conservação da herança cultural. A valorização dos aspectos únicos e autênticos de cada comunidade é uma das diretrizes em práticas de preservação do patrimônio construído e do espaço público de praças. Isto é exposto na Carta de Nara de 1994, que trata sobre a Autenticidade no patrimônio cultural e salienta que sempre se deveria reforçar as identidades e diversidades culturais do local (IPHAN, 1994).

Hall (2019, p. 77), ao discutir o processo de homogeneização da sociedade, enfatiza que há um aumento do interesse pelo local e as identidades locais com certa “fascinação com as diferenças e com a mercantilização da etnia e da alteridade”. A praça histórica, nesse sentido, sendo lugar e espaço público, retém uma específica trajetória ao longo do tempo que se associa ao seu entorno comunitário e aos grupos usuários que a identificam como um espaço simbólico da cidade.

Para a psicologia social, o estudo dos grupos sociais envolvidos na trajetória e uso da praça são fundamentais para sua definição:

Un espacio simbólico urbano será aquel elemento de una determinada estructura urbana, entendida como una categoría social que identifica a un determinado grupo asociado a este entorno, capaz de simbolizar alguna o algunas de las dimensiones relevantes de esta categoría, y que permite a los individuos que configuran el grupo percibirse como iguales en tanto en cuanto se identifican con este espacio. (VALERA, 2014, p. 12).

Ainda segundo Valera (2014, p.6), determinados espaços podem ter a propriedade de facilitar processos de identificação social urbana e podem chegar a ser “símbolos de identidade” para o grupo associado a um determinado entorno urbano. Historicamente, as praças como espaços públicos desenvolveram em sua trajetória uma carga simbólica passando a ter um papel de emissores de referências no contexto da cidade ou da região, podendo ser definidos caso a caso, como um “Lugar”. O conceito do termo conforme Hall é “específico, concreto, conhecido, familiar

e delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas. Os lugares permanecem fixos; é neles que temos raízes” (2019, p. 72).

Em centros históricos, o valor simbólico das praças relaciona-se também à presença significativa, no entorno imediato, de edifícios institucionais e religiosos que estendem o seu uso e influência sobre o espaço da praça, isto pode ser observado em comícios, comemorações de igrejas, manifestações públicas, entre outros movimentos. Neste sentido, “as inserções do mobiliário urbano em espaços simbólicos deverão valorizar as qualidades únicas do espaço, sem distorcer os hábitos da cultura local, mas sim promover seu caráter intrínseco e fomentando a coerência estética” (REMESAR, 2005, p. 95). Nesses casos, a equipe projetual deve ser sensível na identificação das características simbólicas do espaço, e ainda, verificar as características da sua identidade e dos usuários com uma avaliação que deverá, fundamentalmente, observar:

- Memórias, diversidade cultural e tradições locais;
- Significado da área;
- História, patrimônio e edifícios e espaço;
- Caráter da hierarquia dos espaços e qualidade urbana;
- Materiais prevalentes ou históricos;
- Usos dominantes;
- Relação entre o espaço e marcos envolventes (históricos e/ou simbólicos);
- Vistas significativas;
- Características culturais perdidas e elementos importantes a serem recuperados;
- Elementos urbanos introduzidos no espaço, que sejam dissonantes (positiva ou negativamente) à identidade local;
- Sistemas e redes de comunicação (peatonal ou motorizada) e de orientação; (REMESAR, 2005, p. 95).

Ao analisar praças de núcleos urbanos formados por grupos de base imigratória, é possível identificar os reflexos identitários presentes nesses espaços, como se mantém e quais os impactos no mobiliário urbano neste sentido. Os grupos estudados provêm de etnias que colonizaram o Rio Grande do Sul, com importante influência cultural de origem e das formas de ocupação colonial intrínsecas aos processos de cada núcleo urbano inicial e dos atuais municípios. Contudo, reconhecemos, que essas cidades não passaram por um processo de ocupação por uma única etnia, apesar de haver até hoje, como ressalta Weber (2006, p. 117), a “representação de homogeneidade”

como uma estratégia de defesa desses grupos (ou mesmo como uma estratégia de valorização do passado e das tradições focadas principalmente no desenvolvimento do turismo).

Os espaços e objetos presentes nas praças pesquisadas – sejam eles preexistentes ou recentes – refletem não apenas princípios simbólicos, mas também a representação de uma identidade resgatada ou perpetuada com objetivos específicos. Por isso, buscaremos a seguir explorar os aspectos deste conceito que relacionam grupos e espaços urbanos, considerando que o termo “identidade” é utilizado em diversos campos de estudo e se faz necessária a aproximação com a pesquisa proposta.

CONCEITOS DE IDENTIDADE NAS INTERSECÇÕES: MOBILIÁRIO, GRUPOS SOCIAIS E ESPAÇO PÚBLICO

O termo identidade significa “a qualidade ou a condição de ser o mesmo; a condição ou fato de que uma pessoa ou coisa é ela mesma, e não outra pessoa ou outra coisa” (COELHO, 2008, p. 201). O conceito, por sua vez, está relacionado a outros também complexos, como aqueles do indivíduo, etnia, religião, nação e cultura. Por se tratar de um conceito amplo, utilizado em várias áreas do conhecimento, nos concentramos nos âmbitos em que se estabelecem as relações entre o mobiliário urbano como objeto no seu espaço público onde as ações são de determinado grupo ou grupos sociais locais.

Anteriormente, discutimos sobre a identidade social urbana, que se deriva do pertencimento de grupos sociais nos quais seus membros identificam-se entre si e geram um conjunto de atribuições internas e externas, definidoras dos conteúdos dessa identidade (VALERA, 2014). Neste sentido, a identidade social urbana teria as seguintes dimensões, conforme Valera (2014, p. 11):

- Territorial: fixação de limites socialmente compartilhados que definem uma área;
- Temporal: história das relações socioambientais;
- Psicossocial: estilos de vida que caracterizam a área;
- De conduta: práticas sociais características de um grupo local;
- Social: percepção da homogeneidade social;
- Ideológica: valores compartilhados.

Essas dimensões comuns são observadas em cidades e, principalmente, em alguns bairros, onde naturalmente acontecem. A história de um grupo ou grupos em um espaço é, portanto, determinada pelo conjunto dessas dimensões.

Brandão (2008, p. 13) afirma que “um lugar seria produto de uma sedimentação de vivências das quais a comunidade teria a memória, não podendo existir o lugar sem a memória”. A memória, por sua vez, é constituída por outras ligadas ao passado, como a história local e os hábitos culturais no espaço, tais como: festas, comemorações religiosas, desportivas ou gastronômicas (BRANDÃO, 2008).

Juvančič e Verovšek (2018, p. 612), ao estudarem o mobiliário urbano, preferiram referir-se a “caráter espacial” ao invés de “identidade espacial”, pois o caráter abrangeria uma identidade mais flexível e mais coletiva que se afastaria um pouco da noção de patrimônio cultural construído, que, segundo os autores, é restrito. No que tange ao mobiliário urbano, o caráter espacial possibilitou que os elementos tradicionalmente não listados ou protegidos por lei fossem também incluídos no debate de patrimônio.

Ainda nesse contexto, Lagunes (2012) argumenta que o foco do patrimônio histórico e artístico em espaços públicos seriam elementos como monumentos e fontes, frequentemente destacados apenas por seu valor artístico. Estas colocações admitem que, no que tange ao mobiliário urbano, a noção de patrimônio é restrita. Portanto, questões relacionadas à memória e à cultura local precisam ser discutidas para que se reconheça a identidade ou o caráter espacial desses elementos.

Lagunes (2012) também ressalta que a estandardização e simplificação do mobiliário seriam consequências da inércia e da indiferença burocrática e profissional, que consideraram o mobiliário urbano um problema secundário. Tal problema é percebido na inserção sem critério em espaços públicos novos ou antigos ou da instalação do mobiliário historicista³. Essa discussão do mobiliário reforça o problema da produção de espaços públicos cada vez mais homogêneos em um mundo globalizado. Ao mesmo tempo, reconhecemos que, ao ser parte de projetos bem ajustados ao meio, o mobiliário tem a prerrogativa de promover e qualificar o espaço desenvolvendo um caráter espacial.

Lynch (1999) explica que a imagem do ambiente pode ser decomposta em três componentes centrais: identidade, estrutura e significado. Ao explicar identidade de um objeto implica na sua distinção de outra coisa:

A isso se dá o nome de identidade, não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a

³ O mobiliário historicista é aquele que pretende parecer antigo ou promover um *revival* de mobiliário. Comum em zonas históricas, a inserção de mobiliário urbano semelhante aos de outra época é um fenômeno que procurava idealizar a cidade histórica (LAGUNES, 2012).

imagem deve incluir a relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos. Por último, esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional (LYNCH, 1999, p. 9).

Tanto o espaço quanto os elementos de mobiliário instalados possuem significados práticos e de uso, mas também outros, construídos ao longo do tempo, que se vinculariam às ações do grupo social de usuários e as suas memórias.

A identidade na interação de espaço público, grupos e objetos de mobiliário urbano pode ser estudada polarizando-se esta relação para cada um desses âmbitos ou tentar focar o conjunto. Este estudo concentra-se nos reflexos identitários do mobiliário urbano, considerando sua inserção em espaços públicos de praças localizadas em cidades nas quais os núcleos urbanos originais foram formados por imigrantes de matriz alemã, italiana e açoriana. Os grupos, como comunidades com etnias distintas, se desenvolveram como núcleos coloniais no contexto do processo de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul. Cada um, a seu tempo, sofreu também a influência de outros indivíduos ou grupos, mas preservaram muitas das referências culturais de suas origens.

A etnia, nesse contexto, é definida por Hall (2019, p. 62), como o termo que utilizamos para nos referir às diferenças culturais, incluindo língua, religião, costumes, tradições e o sentimento de “lugar”. As etnias de origem das cidades estudadas são: a açoriana com maior fluxo imigratório teve início no século XVIII; a alemã, a partir de 1824; e a italiana, a partir de 1875.

As praças selecionadas são aquelas que foram traçadas ainda no núcleo imigratório inicial instalado e preservam, até os dias atuais, memórias ou elementos de valor histórico para suas comunidades. A seleção foi definida com base em critérios como registros históricos em bibliografia e arquivos; informações disponíveis no site IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); IPHAE/RS (Instituto Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul); além de bibliografia relacionada. As praças pesquisadas, cujo mobiliário urbano é apresentado neste trabalho, são: Praça do Imigrante (São Leopoldo), Praça Padre José Ferlin (Monte Belo do Sul), Praça Garibaldi (Antônio Prado) e Praça da Matriz (Taquari).

A análise do mobiliário urbano nessas praças envolveu a pesquisa:

- A. De elementos existentes na praça atual e pré-existentes: através de levantamento no local, pesquisa bibliográfica e em arquivos locais;
- B. De valor histórico: se foram verificados quais os elementos referenciados em documentos e bibliografias, como parte das atividades ao longo da história da praça;
- C. Com valor de memória: elementos que fazem referência à cultura e identidade comuns, detectados por meio de arquivos, entrevistas com prefeituras e relatos de usuários;

- D. Representantes e/ou difusores da cultura local: elementos preexistentes ou atuais que remetem a aspectos culturais resgatados, seja para fins turísticos ou para eventos tradicionais.
- E. Interferências, alterações e conflitos: análise das intervenções realizadas no mobiliário e os possíveis conflitos decorrentes.

Grupos e eventos locais foram pesquisados por meio de levantamentos diretos nas praças, entrevistas com prefeituras e consulta a bibliografias específicas.

O MOBILIÁRIO URBANO

A presença do mobiliário urbano em praças é definida pelas funções requeridas para o espaço desde sua instalação, incluindo as remodelações subsequentes, quando estas ocorrem. Contudo, como coloca Mourthé (1998), a presença de elementos como coretos, chafarizes, anfiteatros e outras obras são fruto de manifestações culturais e mantêm interações significativas com seus usuários. Além disso, é possível acrescentar aquele mobiliário de caráter provisório ou até definitivo, como as feiras, os palcos e arquibancadas, que proporcionam atividades muito comuns em eventos realizados nesses espaços. Tais eventos, por ocorrerem eventualmente ou sazonalmente podem interferir tanto positivamente no espaço quanto entrar em conflito com os elementos já existentes.

No Brasil, não é incomum encontrarmos reflexos culturais em objetos de mobiliário urbano, principalmente em cidades turísticas. Exemplos incluem o telefone público com a forma de um berimbau em Salvador, de sombrinha de frevo em Recife ou golfinhos em Florianópolis. Estes equipamentos, conhecidos como “soluções temáticas” e alegóricas, requerem estudos específicos relacionados à ergonomia e aos conflitos na paisagem (SILVA, NOGUEIRA, 2012); MOURTHÉ, 1998). No entanto, existe o mobiliário urbano que se distingue pelas referências identitárias, de memória e histórica de grupos sociais e do espaço público como lugar significativo. A seguir, serão apresentados alguns exemplos que ilustram essas características.

O Monumento ao Imigrante

A ideia de construir um monumento ao imigrante alemão que desembarcou nas margens do Rio dos Sinos, na atual cidade de São Leopoldo, surgiu em 1923, para marcar a comemoração dos 100 anos do evento. Foi efetivamente construído a partir da contribuição popular, angariada por uma comissão que percorreu o estado. O projeto de autoria do arquiteto Walter Dreschler possui quatro faces: a do lado leste contém os relevos em bronze de D. Pedro I e D. Leopoldina, pois reinavam na época do desembarque; do lado norte, o busto do Visconde de São Leopoldo, fundador da cidade;

do lado oeste a efigie do Dr. João Daniel Hillebrand que, além de médico e diretor da colônia possuiu outros títulos. (Figuras 1a, 1b). Por fim, do lado sul, encontra-se a estátua do colono, que apoiado em seu cajado olha para cidade. Abaixo dele, foi escrito *Den Vätern zum Gedächtnis* que significa “Em memória de nossos antepassados” (MOEHLECKE, 1998, p.122). Essas descrições podem ser visualizadas nas Figuras 1a e 1b.

Nos arquivos e imagens que documentam a trajetória da praça, é evidente o valor do monumento para aquela comunidade: eventos políticos, cívicos e outros festejos ocorriam sob esse marco, centralizado e considerado ponto focal da praça (MIRANDA, 2020). Durante a Segunda Guerra Mundial, o monumento sofreu depredações, incluindo a retirada da figura do colono por revoltosos, pois representaria a “ligação com a Alemanha e com o nazismo” (MÜLLER, 1979, p. 12). Possivelmente como consequência desse evento, anos depois ele foi restaurado totalmente, com a anexação de uma placa com a tradução das palavras em alemão (MÜLLER, 1979).

O monumento é uma referência da colonização alemã e um elemento com caráter simbólico para a comunidade, representando a memória e identidade imigrante. Sua história, bem como sua construção no lugar da praça são fartamente documentadas na bibliografia, em documentos escritos e imagens de arquivo da prefeitura (MÜLLER, 2005); (MÜLLER, 1979); (MOEHLECKE, 1998). A origem comum está associada à representatividade e ao protagonismo desse elemento de mobiliário nas mais variadas comemorações na cidade. Sob sua sombra ocorriam eventos como discursos e apresentações diversas. Ao disseminar a sua história e importância regional, este objeto de mobiliário configura-se também como de valor histórico. Ele está contido no perímetro do processo de tombamento do centro histórico requerido junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SÃO LEOPOLDO, 2012).

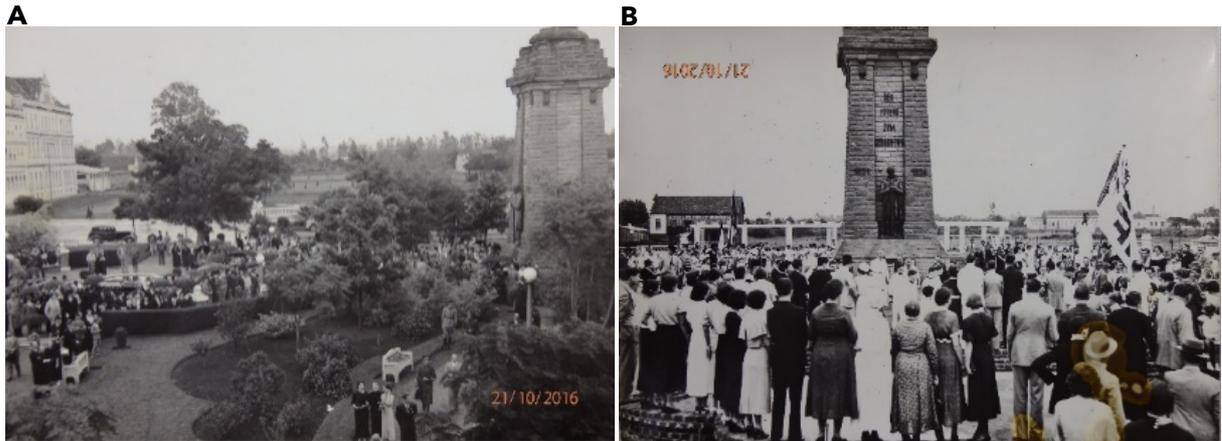


Figura 1: A) Monumento na Praça do Imigrante nos anos 30. Evento não identificado; B) Monumento na Praça do Imigrante nos anos 30. Comemorações das Sociedades de Ginástica.

Fonte: Museu Histórico de São Leopoldo.

Nesse contexto, o valor de memória equipara-se ao valor artístico do objeto, conforme observado por Lagues (2012), ao destacar que os monumentos são o tipo de mobiliário urbano mais considerado para o tombamento pelo patrimônio.

A identidade social urbana de Valera (2014), explicada na seção 3 deste trabalho, verifica-se nas dimensões temporal e social, pois a história das relações socioambientais da praça e a percepção da homogeneidade do grupo colonial estariam representadas através do monumento e do local onde este se insere. De modo semelhante, as dimensões de conduta e ideológica que Valera (2014) são dadas respectivamente pelas atividades de celebração da origem imigrante junto ao monumento e os valores culturais compartilhados e festejados na praça.

O Chafariz e os postes

Monte Belo do Sul originou-se de um núcleo inicial fundado por imigrantes de regiões do norte da Itália a partir de 1877. A Praça Padre José Ferlin, localizada em frente à Paróquia São Francisco de Assis, é lugar da maioria dos eventos, tanto religiosos quanto aqueles vinculados à cultura colonial, tais como a Festa da Vindima, *Nostrò Natale*, *Viene*, *Vivere la Vita* e o Polentaço (MIRANDA, 2020). A praça foi totalmente reformada em 2006, em relação ao desenho anterior de 1960. Na remodelação, foi mantido o largo em frente à Igreja onde foi inserido um chafariz como elemento central da praça, possui formato circular, com diâmetro de 3,90 metros e acabamento interno em mosaico cerâmico com o desenho de cachos de uva. O motivo representa a economia local e colonial da vitivinicultura. A água que esparge é colorida na cor vermelha, alusiva à produção do vinho. (Figuras 2a e 2b).



Figura 2A e B: Chafariz com água/vinho. Praça Padre José Ferlin, Monte Belo do Sul.
Fonte: Fotos da autora, 2018.

A identidade urbana, neste caso, tem vínculos na dimensão social e no estilo de vida da população local. Como parte da região produtora de uva e vinho, um dos principais eventos de Monte Belo é a Festa da Vindima que promove tradicionalmente desfiles nas ruas perimetrais e eventos na praça. (Figura 2c). O mobiliário neste caso, como disse Lynch (1999), possui significado para seu observador na representação da cultura local.



Figura 2C: Festa da Vindima. Praça Padre José Ferlin, Monte Belo do Sul.
Fonte: Prefeitura de Monte Belo do Sul, s/d.

Elementos aparentemente comuns, como os postes de rede da Praça José Ferlin, muitas vezes passam despercebidos em meio a outras praças e espaços urbanos. Trata-se de postes de concreto

pré-moldado, padronizados e amplamente utilizados em ruas e avenidas. No entanto, na Praça José Ferlin, esses postes foram pintados com as cores da bandeira italiana. Segundo relatos, essa iniciativa partiu de uma das administrações municipais com o apoio da população local. Nesse caso, a dimensão social da identidade está claramente delineada, ao reforçar a origem imigratória italiana do grupo social.

Os postes são exemplos de mobiliário urbano que foram modificados para marcar as referências do lugar onde estão inseridos. É um caso de apropriação do mobiliário, no qual o usuário age no sentido de modificar o objeto existente para o seu desejo ou necessidade. Nesse contexto, a modificação reflete o desejo de enfatizar a origem comum do grupo social.

O Leão de San Marco e o ponto de táxi

Em Antônio Prado, a Praça Garibaldi encontra-se dentro do perímetro do Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico desde 1987⁴ pelo IPHAN (MIRANDA, 2020). Fundada na década de 1920, a praça foi sofrendo remodelações ao longo dos anos, sendo a mais recente realizada em 2019. O espaço caracteriza-se pelo perímetro de casas tombadas, configurando um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos da colonização italiana do país. Assim como a Praça José Ferlin de Monte Belo, a Garibaldi é o espaço consolidado de eventos relacionados à cultura italiana que incidem no lugar quando ocorrem, à exemplo da festa gastronômica colonial da Fenamassa, conhecida regionalmente e que ocupa toda a área da praça com estandes e contêineres (MIRANDA, 2020).

Historicamente, na década de 1940, a praça era o lugar na cidade onde se fazia a secagem do trigo, vinculando-a diretamente à produção colonial e à tradição gastronômica local, especialmente à cultura da massa.

Instalado na Garibaldi encontra-se o “Leão de San Marco” que faz parte do projeto “*Leoni Nelle Piazze*” (leões nas praças) das cidades de origem italiana no Rio Grande do Sul. Conforme a Secretaria de Turismo e Comércio de Antônio Prado, a inserção do Leão pretendeu valorizar as comunidades italianas e vênetas, além de fortalecer as relações com as cidades irmãs por meio do

⁴ Processo no Arquivo central do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, Seção Rio de Janeiro, no 1248 - T - 87.

convênio chamado *gemellaggio*⁵ (Figura 3). Esse elemento, de grande valor simbólico para a população local, representa não só a origem comum, mas os esforços no processo de *gemellaggio*, que introduz uma série de benefícios nas interações entre as populações das cidades irmãs na Itália. A identidade social urbana é destacada pela dimensão social deste objeto que invoca as relações imigratórias, mas também a dimensão temporal, na memória das relações socioambientais da cidade e que cultiva, historicamente, as tradições através das comemorações.



Figura 3: Leão de San Marco. Praça Garibaldi.

Fonte: Foto da autora, 2018.

O ponto de táxi, por sua vez, é uma estrutura leve em madeira com cobertura de telha de barro (Figura 5a). O que marca a identidade deste mobiliário é a inserção do lambrequim⁶ em um espelhamento com as casas em madeira tombadas no entorno da praça (Figura 4a). Destaca-se que o ponto de táxi da Praça Garibaldi é um mobiliário urbano com padrões de microarquitetura⁷ que,

⁵ Gemellaggio é um acordo entre cidades ou países distantes uns dos outros mas que possuem origens comuns e pontos comuns que se identificam. Este acordo promove intercâmbios, acordos de cooperação, e trocas culturais. Antonio Prado possui convenio de gemellaggio com as cidades de Cavaion Veronese (Província de Verona) e Rotzo (Província de Vicenza). Ver Prefeitura de Antonio Prado - Secretaria de Turismo. Acesso em: <<https://www.antonioprado.rs.gov.br/>>

⁶ O lambrequim é um ornamento feito em madeira que, em repetição, produz um efeito de um rendilhado em beirais de telhados. Tem origem europeia e a função inicial era o escoamento da água como o da pingadeira. Quanto mais trabalhados, mais abastada era a família proprietária da residência. (FONTES, 2005). Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/168>>

⁷ Josep Serra distingue objetos como quiosques ou elementos de maior dimensão como microarquitetura destacando-os do termo tradicional de mobiliário urbano para os demais objetos no espaço público (SERRA, 1996).

nesse caso, mantém a linguagem da arquitetura colonial italiana do seu entorno imediato e da cidade de Antônio Prado.

Os lambrequins em Antônio Prado são arremates recortados em madeira com aspecto de rendilhado que fazem acabamentos de forros e beirais. São acabamentos realizados por artesãos especializados na cidade que reproduzem a cultura arquitetônica colonial (Figura 4b). Em pesquisa nos arquivos da prefeitura, verificamos que, no passado, os lambrequins já fizeram parte de outros elementos de mobiliário, como estandes de feiras em eventos na praça. (Figura 4c).

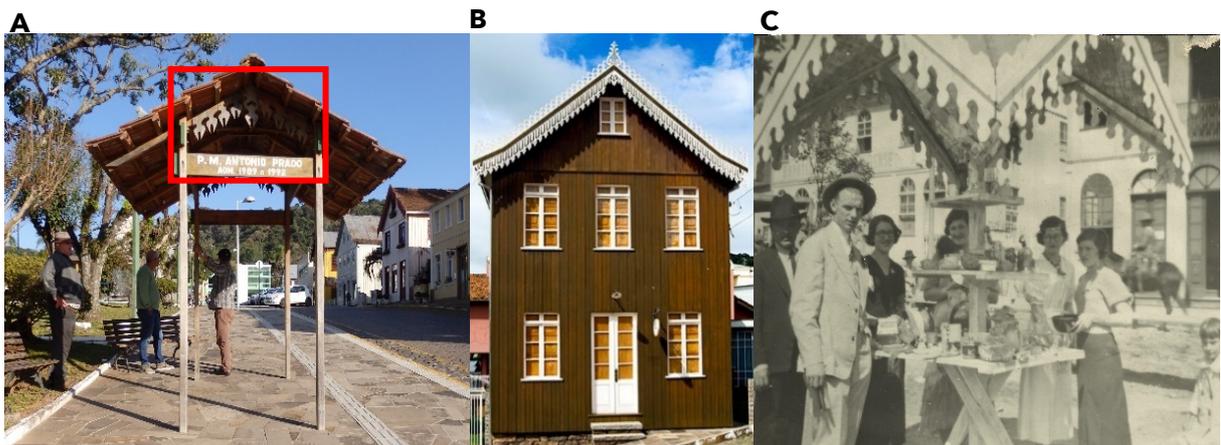


Figura 4: A) Lambrequins Ponto de Taxi, Praça Garibaldi; B) Casa com lambrequins; C) Feira na Praça Garibaldi. **Fonte:** A) Foto da autora, 2019; B) IPHAN, 2009; C) Secretaria de Turismo e Comércio, s/d.

Os arcos, as floreiras e lixeiras

A cidade de Taquari é considerada uma das primeiras de origem açoriana no Rio Grande do Sul. A colonização ocorreu inicialmente entre 1760 e 1764, com a ocupação da região do Vale do Rio Taquari. O povoado se desenvolveu a partir de um traçado regular, tendo como ponto central a igreja, a capela do Espírito Santo - tradicional nas ocupações açorianas - e a sua praça, denominada Praça da Matriz.

O primeiro projeto da praça foi de autoria do Engenheiro Alphonse Dinis Herbert (1852-1925), que, no Brasil, atuou como professor na Escola de Engenharia de Porto Alegre e teve o cargo de subdiretor da Divisão de Obras Públicas do Estado (WEIMER, 2004). O traçado do seu projeto que data de 1903 para a Praça da Matriz de Taquari permanece o mesmo até os dias de hoje. Mais recentemente em 2010, a praça foi remodelada e o mobiliário projetado foi, em grande parte, construído em alvenaria de tijolos maciços e lajes de concreto.

Em parte do mobiliário urbano da praça, foram aplicadas cerâmicas com motivos em azul, fazendo referência à azulejaria açoriana. Isso acontece em elementos como as bases de lixeiras, os arcos centrais da praça, suportes de luminárias e nas floreiras. (Figuras 5, 6 e 7). Não foi possível verificar

se a inserção das referências açorianas foi dos autores do projeto, a pedido da administração ou do público. Contudo, alguns usuários reconhecem essas aplicações como representações da origem açoriana da cidade, ainda que os azulejos utilizados não sejam provenientes dos Açores ou apresentem uma semelhança exata com os originais.



Figura 5: Lixeiras com aplicação de azulejos.
Fonte: Foto da autora, 2019.



Figura 6: Floreiras. Ao fundo: Museu e antiga Estação de Telégrafo.
Fonte: Foto da autora, 2019.

Na realidade, os azulejos utilizados em edificações nos Açores eram importados até meados do século XIX, quando teve início a sua fabricação na Vila da Lagoa na Ilha de São Miguel. Antes disso, os azulejos eram aplicados principalmente nas edificações religiosas daquelas ilhas (CÂMARA; CARVALHO, 2015).

Na Praça da Matriz de Taquari, os arcos com luminárias e azulejos são em quatro, no centro da praça. São arcos do tipo abatidos em referência aos de mesmo tipo utilizados nas edificações históricas inventariadas pelo município. Algumas dessas edificações estão no entorno da praça, a exemplo da Igreja (Figura 8) e do atual museu da cidade que abrigou a antiga Estação de Telégrafo (Figura 6).

Apesar do desenho do mobiliário urbano ser discutível em uma série de questões, entre elas o rigor⁸ e a ergonomia, que extrapolariam o foco deste estudo, não podemos deixar de assinalar que houve, nesta remodelação, a intenção de pontuar a lembrança da origem étnica fundadora do núcleo inicial. Alguns usuários entrevistados reconheceram e comentaram os detalhes dos elementos de

⁸ Mârius Quintana Creus (1996) define o rigor junto a racionalidade no sentido do abandono do protagonismo do designer e a economia de meios ao se fazer uma intervenção; fazer o possível para uma simplificação dos elementos urbanos; explicar o máximo com o mínimo.

mobiliário como referências da origem açoriana da cidade. A identidade espacial urbana, neste caso, é marcada principalmente pela dimensão temporal de uma origem comum.



Figura 7: Arcos com luminárias e aplicação de azulejos.

Fonte: Foto da autora, 2019.



Figura 8: Igreja da Matriz.

Fonte: Foto da autora, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o processo de homogeneização dos espaços e do mobiliário urbano, geralmente é difícil se reconhecer nos espaços públicos os atributos que os vinculam às suas comunidades. As praças, a depender de sua origem e atividades, são consideradas espaços simbólicos urbanos pois estão vinculadas a um grupo social que encontra, neste espaço, alguma dimensão da sua identidade. Poderá ou não ser um lugar que permite a sensação de pertencimento e a vinculação emocional dos indivíduos da comunidade.

Nesse contexto, a discussão do conceito de identidade, em sua relação com o mobiliário urbano, o espaço público e os grupos sociais, fundamentou este trabalho. Na pesquisa que estudou algumas praças da matriz imigratória do Rio Grande do Sul, verificamos exemplos de mobiliário onde as dimensões do conceito de identidade puderam ser identificadas. Estas cidades pontuam, sobre seus espaços públicos, elementos de mobiliário urbano que contribuem para o caráter simbólico desses lugares.

Esses elementos, como analisado, representam em sua maioria a cultura econômica colonial, a arquitetura e a origem comum das comunidades. Essas características estão alinhadas às dimensões da identidade espacial especificadas por Valera (2014).

A função atrativa turística ficou muito evidente nos elementos de mobiliário das cidades de origem italiana como Monte Belo do Sul e Antônio Prado, cujas praças tem intenso calendário de eventos culturais. Já a apropriação de mobiliário como acontece nos postes de rede, mostra a intenção do grupo local em reforçar, mesmo que em objetos padronizados, a identidade original do grupo. Pode-se inferir que, como se trata de cidades que cultivam amplamente a tradição cultural em vários eventos, propõe no mobiliário do espaço público uma “marca” como lembrança.

O que se verificou na pesquisa e se ressalta neste trabalho é que, apesar da inegável importância de se discutir sobre os aspectos inerentes ao objeto mobiliário urbano, tais como a ergonomia, função, rigor, materiais, entre outros, a identidade do lugar em todos os seus âmbitos deve ser diretiva de projeto. A dimensão do objeto, neste caso, se vincula estreitamente ao lugar. Precisa-se um olhar sensível não só no sentido de evitar a progressiva homogeneização de espaços mas para responder, como vimos, a questões latentes da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Pedro. **A identidade dos lugares e a sua representação coletiva**. Lisboa: Europress Ltda, 2008. 57p. (Série Política de Cidades).

CÂMARA, Maria Alexandra T. G. da; CARVALHO, Rosário S. de. Azulejaria Barroca na Ilha de São Miguel: Temas e perspectivas de investigação. **Artes Decorativas nos Açores**. Porto, n. 7, 2015-2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305775589_Azulejaria_Barroca_na_Ilha_de_Sao_Miguel_el_temas_e_perspectivas_de_investigacao_coautoria_CARVALHO_Rosario_Salema_de_Artes_Decorativas_nos_Acores_Porto_CITAR_Universidade_Catolica_Editora_-_Porto_pp_15-21. Acesso em: 16 jan. 2019.

COELHO, Luiz Antônio L. (org.). **Conceitos-chave em design**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Novas Ideias, 2008. 280 p.

CREUS, Marius Q. Espacios, muebles y elementos urbanos. In: SERRA, Josep Ma. **Elementos urbanos: mobiliário y microarquitectura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1996. 304 p.

FONTES, Luisa C. dos Santos. Rendas arquitetônicas: lambrequins. **Uniletras**. Ponta Grossa, 2005. v. 27, n. 1. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/168>. Acesso em: 03 abr. 2019.

GOMES FILHO, João. **Design do objeto: bases conceituais**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. 272 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019. 64 p.

INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Memória e Preservação**: Antônio Prado RS. Brasília,DF: Programa Monumenta, 2009. 88 p. (Preservação e Desenvolvimento,16). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Memoria_e_Preservacao.pdf> Acesso em: 12 dez 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conferência de Nara**. (Portal do IPHAN). 6 nov. 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2019.

INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo Antônio Prado, RS**. Arquivo central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Seção Rio de Janeiro, no 1248 - T - 87.

JUVANČIČ, Matevž; VEROVŠEK, Špela. Spatial character conveyed through street furniture. **Annales: Istrske in Mediteranske Studije** - Series Historia et Sociologia, Eslovenia,2018. v. 28, n. 3. Disponível em: <https://zdjp.si/wp-content/uploads/2018/12/ASHS_28-2018-3_JUVANCIC.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.

LAGUNES, Sílvia. S. **Mobiliário urbano**: historia y proyectos. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012. 531 p.

LYNCH, Kevin. **A theory of good city form**. Cambridge: MIT Press, 1981. 524 p.

_____. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LÖBACH, Bernd. **Design industrial**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2000. 208 p.

MARCUS, Clare C.; FRANCIS, Carolyn. **People places**: design guidelines for urban open space. United States: John Wiley & Sons, Inc., 1998. 384 p.

MIRANDA, Adriana E. Memória coletiva e valor histórico no mobiliário urbano. **Patrimônio e Memória**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), v.16, n.2, jul.-dez. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br>>. Acesso em: 13 set.2020

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo**: obras e iniciativas públicas. São Leopoldo: s/e, 1998. 200p. (Coleção Revivendo o passado).

MONTENEGRO, Glielson N. **Imagem urbana e referências culturais no design de mobiliário urbano**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237020659_Imagem_Urbana_e_Referencias_Culturais_no_Design_de_Mobiliario_Urbano> Acesso em: 02 fev. 2020.

MOURTHÉ, Claudia R. **Mobiliário urbano em diferentes cidades brasileiras**: um estudo comparativo. 280 f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MÜLLER, Telmo L. **Imigração alemã**: sua presença no RS há 180 anos. Porto Alegre: EST Edições, 2005. 224 p.

MÜLLER, Telmo L. **Monumentos em São Leopoldo**. São Leopoldo: Rotermund S. A,1979.

REMESAR, Antoni. **Do projecto ao objeto**: manual de boas práticas OKpara o desenho do mobiliário urbano nos centros históricos. Lisboa: Centro Português de Design, 2005. 119p.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Francisco S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Eder D. da; NOGUEIRA, Adriana D. **Mobiliário urbano em cidades históricas**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2012.

SERRA, Josep Ma. **Elementos urbanos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1996. 304 p.

VALERA, Sergi. La identidad social urbana como instrumento para mejorar el bienestar humano. In: GONZÁLES, Diego S., MORENO, Luis A. D. **Identidad y espacio público**: ampliando ámbitos y prácticas. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2014. 320 p.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal de São Leopoldo. **Memorial de Tombamento da Praça do Imigrante de São Leopoldo**: justificativa histórica e iconografia. Arquivo do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. São Leopoldo, 2012.

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário**: história, identidade e turismo nos municípios da rota romântica-RS.310 f. Tese de Doutorado (História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WEIMER, Günter. **Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004. 208 p.